

HUM@NÆ

Questões controversas do mundo contemporâneo.

v. 11, n. 2

SINTO, EXISTO, LOGO PENSO: o saber, a inclusão e a formação docente

THAIS NAIANI MENEZES GOMES DE OLIVEIRA¹
BETANIA MACIEL²

Resumo

O presente trabalho consiste em um estudo teórico sobre as questões da formação docente e o processo da inclusão escolar, no tocante às práticas pedagógicas e a inserção dos alunos com deficiência, de modo a considerar os desafios para o campo da educação, tendo em vista as demandas que emergem no contexto escolar, no qual perpassam pela condição dos professores não se sentirem preparados para acolher estas crianças que muitas vezes são olhadas apenas pelo plano biológico da deficiência e perdem a sua subjetividade que a constitui enquanto sujeito ativo e participante do seu processo de ensino e aprendizagem. Assim, este estudo trata-se de uma revisão de literatura narrativa perpassando pelos estudos concernentes ao contexto da formação de educadores, bem como as práticas pedagógicas trabalhadas com crianças deficientes no contexto escolar. Os estudos enfatizam o permanente compromisso da sociedade com a educação inclusiva no qual é preciso considerar que antes da deficiência, o aluno é um sujeito de desejo e realizações próprias.

Palabras chave: *.Formação Docente; Inclusão Escolar; Práticas Pedagógicas; Crianças Deficientes.*

Abstract

The present work consists of a theoretical study on the issues of teacher education and the process of school inclusion, with regard to pedagogical practices and the insertion of students with disabilities, to consider the challenges for the field of education. Education, taking in the demands that emerge in the school context, in which they go

1Thais Naiani Menezes Gomes de Oliveira- thais.naiani@gmail.com. Psicóloga Clínica, Especialista em Neuropsicologia Clínica e Neuroeducação e Primeira Infância, Facilitadora de Aprendizagem pelo Hcor, Aluna Especial do Mestrado em Educação Culturas e Identidades- UFRPE.

2Profa. Dra.em comunicação social pela Universidade Metodista de São Paulo – UMESP betaniamaciel@gmail.com. Faculdade de Ciências Humanas ESUDA. Mestrado em Educação Culturas e Identidades- PPGEI UFRPE.

through the condition of teachers not feel prepared to welcome these children who are often looked at just the biological level of disability and lose their subjectivity Which constitutes it as an active and participant subject Teaching and learning process. Thus, this study is about a review of the narrative literature going through the studies concerning the context of the training of educators, as well as the pedagogical practices worked with children with disabilities in the school context. The studies emphasize the permanent commitment of society to inclusive education in which it is necessary to consider that before the disability, the student is a subject of desire and own realizations.

Keywords: Teacher training; School inclusion; Pedagogical practices; Disabled children.

RESUMEN: *El presente trabajo consiste en un estudio teórico sobre las cuestiones de la formación docente y el proceso de inclusión escolar, en lo que se refiere a las prácticas pedagógicas y la inserción de los alumnos con discapacidad, para considerar los desafíos para el campo de la educación, teniendo en A las demandas que emergen en el contexto escolar, en el que atraviesan por la condición de los profesores no sentirse preparados para acoger a estos niños que muchas veces son mirados apenas por el plano biológico de la discapacidad y pierden su subjetividad que la constituye como sujeto activo y participante Proceso de enseñanza y aprendizaje. Así, este estudio se trata de una revisión de la literatura narrativa pasando por los estudios concernientes al contexto de la formación de educadores, así como las prácticas pedagógicas trabajadas con niños discapacitados en el contexto escolar. Los estudios enfatizan el permanente compromiso de la sociedad con la educación inclusiva en la que hay que considerar que antes de la discapacidad, el alumno es un sujeto de deseo y realizaciones propias.*

Palabras Clave: *Formación docente; Inclusión escolar; Prácticas pedagógicas; Niños discapacitados.*

* * * * *

Introdução

Ao longo das décadas, a formação docente vem sofrendo diversas transformações, na medida em que há uma mudança de paradigma na prática educacional. E dentro desse campo, é vital pensar sobre a inclusão dos alunos com deficiência nos espaços educacionais. Assim, as escolas e seus profissionais vêm confrontando-se com questões que refletem nas demandas que emergem o contexto das diferenças entre seus alunos, olhadas, desde então, a partir do processo de inclusão escolar.

O modelo da racionalidade técnica que vigorou e ainda vigora na formação docente não era capaz de considerar a existência de sujeitos em sua individualidade, pois desconheciam a real necessidade do sujeito.

Com as mudanças que permearam o contexto social, político e cultural, foram surgindo novas formas de pensar acerca do contexto educacional, já que grupos de diferentes identidades começaram a propagar sua hegemonia frente aos padrões sociais estabelecidos, o que contribuiu para estudos sobre a atuação docente.

No cenário contemporâneo, surgem diversas demandas nas escolas e constantes questionamentos que se apresentam na educação, fazendo emergir um novo olhar para a formação docente, no qual exige do profissional da educação que não se limite em práticas pedagógicas mecânicas, focalizadas em “passar o conhecimento”.

A formação docente no contexto da inclusão e da diversidade deve ser construída de uma forma participativa, resultante de uma interação entre aluno e professor, através de vivências significativas, instigando o aluno a pensar, questionar, refletir, produzir e promover, pois o mesmo deve ser olhado como um sujeito ativo, de desejos, no qual o educador deve utilizar ferramentas que todos os alunos sintam-se incluídos, independente da sua condição física, psicológica e social.

Quando uma criança apresenta algum comprometimento a nível cognitivo, motor, visual, linguagem, e emocional, dentre outros, urge na deficiência suas características e dificulta-lhe encontrar a criança que há por trás da síndrome impedindo-a de enxergar suas potencialidades.

Assim, diante de alguma alteração no seu desenvolvimento, há uma criança que

necessita das mesmas coisas que outras crianças, que brinque que a valorize que acredite nas suas potencialidades, que a cuide, que a permita explorar o seu meio, tendo em vista que a mesma está inserida na mesma dimensão de outras crianças como sujeito psíquico.

A construção da identidade das crianças se dará pela ideia que essas crianças têm de si e como os outros a enxergam, tendo em vista que se ela não é concebida a saber de si mesma, poderá se alienar no outro, sem desejo próprio e excluído dos seus espaços sociais.

Entretanto, a inserção dessas crianças nesses espaços, demanda um grande desafio, convidando os educadores a repensarem suas práticas educacionais, de modo a compreender o desenvolvimento do aprendiz a partir de um processo de interação que envolva comunicação e afeto, não se limitando apenas a sua atuação pedagógica, pois é preciso ter um olhar no qual eles reconhecem o seu papel social e humano.

É necessário pensar no papel do professor, assim como também no da escola, pois muitas vezes se qualificam e se estruturam para receber o que é "Normal", e quando se deparam diante da diferença não encontram recursos para acolher à criança com deficiência.

Portanto, a formação do educador vai demandando de um fazer técnico e prático para uma construção mais ampla e diversificada do saber, no qual busque integrar todas as crianças no espaço escolar. Sendo assim, o ensino deve estar pautado na ideia de que os educandos têm potenciais e podem aprender, no seu tempo, respeitando a forma que o mesmo encontra para desenvolver os seus conhecimentos.

Desta forma, o objetivo deste trabalho é refletir sobre a prática docente no contexto da inclusão escolar, entendendo que os profissionais da educação devem estar preparados para acolher todos os alunos, independente das dificuldades que possam apresentar, tendo em vista que a escola deve ser um lugar frequentado por todos, não devendo incorporar qualquer ação de segregação ou espaços diferenciados dentro das classes comuns, tendo em vista que para que o educador promova mudança na sua prática pedagógica o mesmo tem que ter uma compreensão clara do sentido e do significado do seu trabalho, de modo a entender a criança não apenas pelo plano da deficiência, mas sim considerando a sua singularidade de um aluno com desejos e realizações próprias.

Resultados e Discussões

A Inclusão e as mudanças por ela requeridas.

Quando falamos em inclusão, encontra-se um processo perverso de exclusão social e educacional das crianças deficientes que não encontram espaços para a sua constituição e formação de sujeito, tendo em vista os modelos e padrões que são cultuados na sociedade contemporânea na forma do vigor, beleza e do intelecto.

A inclusão configura-se como um processo no qual envolve para Santos (2004) o desenvolvimento de culturas, políticas e práticas que possam garantir a redução de barreiras no que diz respeito à participação e à aprendizagem do aluno, resgatando a sua autonomia como sujeito ativo de sua própria trajetória de vida.

Considerando que a educação inclusiva não é um contexto novo, a sociedade vem repetindo modelos arcaicos de enclausuramento dos alunos com deficiência, pois para a autora as pessoas não tem entendido o contexto da inclusão, pois não reconhecem as suas próprias fraquezas, medos e insegurança e apontam o deficiente como um desvio anormal, já que a patologia assume a identidade destas pessoas.

Para Mantoan (2006) a educação inclusiva deve ampliar o seu olhar quanto às crianças com deficiência, conforme explica:

A educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e com um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular. (2006, p.97)

A inclusão reflete em um processo de mudança e de reestruturação das escolas como um todo, tendo como objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola.

Para Parolin (2009) a inclusão é um tema complexo, pois remete diretamente ao direito à educação e ao exercício da cidadania e a justiça social, que inclui a formação de professores, as políticas públicas e a filosofia das escolas públicas e privadas.

Segundo a autora fica evidenciado a importância desses saberes produzidos na prática, demandando que o profissional da educação incorpore os pilares de uma

formação continuada, considerando o entendimento da singularidade do sujeito, tendo estes a finalidade de desencadear o terceiro elemento de intervenções no âmbito político- educacional que trará modificações para a escola e os alunos nela inseridos.

A Declaração de Salamanca (1994) foi um marco que vigorou a incorporação legal da inclusão no Brasil, não sendo uma criação de políticos, mas representou à movimentação de um grupo de pessoas que compreendiam a necessidade de se ampliar a discussão acerca do tratamento oferecido aos deficientes em várias instâncias sociais, tendo o objetivo de repensar as práticas sociais excludentes.

A formação docente no contexto da inclusão necessita que os educadores sejam capacitados para desempenhar a sua tarefa, conforme cita a declaração de Salamanca (1994) que aponta sobre a importância da preparação adequada de todos os profissionais da educação como uma ferramenta para promover mudanças nas escolas que recebem a criança com deficiência.

A capacitação dos profissionais que se encontram inseridos na escola deve promover a aceitação das diferenças individuais das crianças deficientes, deste modo, Parolin (2009) pontua que os educadores têm um grande potencial de criar uma rede de oportunidades de aprendizagem que esteja pautada no aprendiz e em suas possibilidades.

Ainda é importante considerar que apesar da Constituição garantir o direito à educação de qualidade no ensino regular das instituições públicas de ensino para as pessoas com deficiência, sabe-se que tais direitos muitas vezes não são respeitados, e conforme aponta Bueno (2009), tal fator tem correspondência à falta de preparo dos profissionais da educação em lidar com esta demanda, tendo em vista que a escola se prepara para receber o que é "normal".

Para este autor a deficiência coloca em discussão a função básica da escola que é a produção de conhecimento, pois os alunos que possuem alguma deficiência tem uma maneira própria com o saber que, de sobremaneira, não corresponde ao que a escola idealiza.

Assim, para Bueno (2009) a formação dos professores é algo que merece ser olhado quando se aborda a questão da inclusão, diante da existência de profissionais que se sente despreparados e inseguros diante da possibilidade de receber uma criança com deficiência em sala de aula.

Corroborando com este pensamento Santos (2004) explica que é preciso que a educação considere a pessoa de forma integral, propiciando o seu desenvolvimento, entretanto o professor precisa compreender e respeitar o ritmo de cada aluno em seu processo de ensino e aprendizagem.

Deficiências, o que são e como são? É Possível ser sujeito?

Desde os tempos passados para Mantoan (2006), observava-se algo que unia a raça humana, mas ao mesmo tempo a separava, considerando o contexto das “diferenças”, e os padrões eram vigorados de como ser e se comportar, e aqueles que não se enquadrava em determinados modelos eram excluídos, todavia por mais que em algum momento se apresentassem a questão do “igual”, segundo a autora, é importante considerar que cada sujeito é singular na sua história de vida, entretanto o indivíduo passa a ser identificado conforme a sua aparência física, traços pessoais, religião, costumes e cultura, procriando um discurso social que impede de enxergar o sujeito com deficiência, além das suas limitações.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2011) Organização Mundial de Saúde apontou que um bilhão de pessoas vive com algum tipo de deficiência no mundo, isso significa uma em cada sete pessoas, e se reporta aos dados da UNICEF, no qual aponta que 80% das pessoas que vivem com alguma deficiência residem nos países em desenvolvimento. No total, 150 milhões de crianças (com menos de 18 anos de idade) tem alguma deficiência.

O termo deficiência alude a uma situação irreversível, entretanto, o sujeito apresenta necessidades próprias e diferentes no domínio das aprendizagens, podendo ser de ordem intelectual, visual, auditiva, física que para Beyer (2009) mesmo que algumas condições estruturais parecem irreversíveis, as condições funcionais da pessoa com deficiência pode melhorar nas áreas sociais, escolares e afetivas de acordo com a estimulação e o desenvolvimento de suas habilidades.

Conforme Vieira (2016) aponta sobre a Lei nº 13.146 de 06 de Julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, denominado Estatuto da Pessoa com Deficiência, trouxe a concepção no artigo 2º do estatuto

definindo a pessoa com deficiência aquela que possui:

[...] impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Para Beyer (2009) a predominância do modelo médico veio para acirrar a determinação clínica da deficiência, tendendo a focalizar nos aspectos funcionais deficitários das pessoas com deficiência, pela comparação entre os estados individuais saudáveis e patológicos do sujeito no qual o enxergavam apenas pela sua condição orgânica, no qual carecia ser olhada por outro prisma.

Segundo Vygotsky (1997) a deficiência não pode ser definida no tocante das ausências funcionais da deficiência, explicando que o cego, por exemplo, não tem como obstáculo apenas o fato de não enxergar, o surdo de não ouvir, mas que os impedimentos maiores são aqueles decorrentes das barreiras sociais, considerando que a deficiência antes de ser orgânica, é social.

Vygotsky (1997) entendeu o desenvolvimento da pessoa com deficiência a partir de questões gerais que orientavam a sua concepção do desenvolvimento de pessoas consideradas normais, destacando os aspectos qualitativos destes indivíduos a partir das suas relações sociais, no qual a pessoa com deficiência não é menos desenvolvida, mas sim um sujeito que se desenvolve de outra maneira que não o impede de existir e viver em sociedade.

Para este autor as pessoas com deficiência se beneficiam do processo de aprendizagem, mas precisam ser estimuladas, desde cedo, tendo um ambiente educacional no qual acolha as suas necessidades e utilize recursos educacionais adequados para transformar o conhecimento.

Vygotsky (1997) na sua teoria relacionada ao campo educacional abriu perspectivas para pensar o papel da escola e do trabalho pedagógico com as pessoas que apresentam alguma deficiência, afirmando que a aprendizagem é construída socialmente e que nas apropriações de conhecimentos disparados com o campo social, une-se o desenvolvimento do campo psicológico.

Assim para este autor a ideia não era mascarar a dificuldade da pessoa com deficiência, mesmo que na sua época estas pessoas fossem tratadas como “anormais”,

pois segundo o mesmo, a responsabilidade seria com o desenvolvimento real destas pessoas.

O compromisso apontado por Vygotsky reflete no papel dos educadores e da escola, no qual teriam uma missão de introduzir o aluno no mundo social e cultural, de modo a promover conhecimento, potencializando o seu aprendizado.

Neste contexto, é importante considerar que adotar uma filosofia inclusiva demanda considerar práticas de diversidade, no qual faz conhecer o seu humano, segundo aponta Lima (2006, p.17).

A diversidade é norma da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Seres humanos apresentam, ainda, diversidade biológica. Algumas dessas diversidades provocam impedimentos de natureza distinta no processo de desenvolvimento das pessoas (as comumente chamadas de “portadoras de necessidades especiais”). Como toda forma de diversidade é hoje recebida na escola, há a demanda óbvia, por um currículo que atenda a essa universalidade.

Assim conforme aponta a autora, é importante considerar que o desenvolvimento da criança, não está relacionado apenas à maturação do Sistema Nervoso Central, mas também a outros fatores que são cruciais nesse processo, relacionados aos aspectos biológicos, relacionais, afetivos, simbólicos e contextuais, que se expressarão nas vivências e no comportamento da criança, frente a sua forma de se relacionar com o mundo.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada se deu a partir de uma revisão de literatura, pautada na descrição narrativa no qual permeia pela análise e síntese de informações de estudos já publicados, aludindo à temática da educação que infere acerca da formação docente, bem como as práticas pedagógicas trabalhadas com crianças deficientes.

Procedeu-se uma busca a partir das seguintes bases informatizadas de artigos indexados no MEDLINE, SCIELO, LILACS. Para a busca de artigos foram utilizados os seguintes descritores: Práticas Pedagógicas, Formação Docente, Criança Deficiente.

Os critérios de inclusão de artigos nesta revisão foram: artigos publicados em português, que abordavam a possível associação de práticas docentes carentes de

formação profissional, assim como os impactos na formação subjetiva da criança com deficiência que é olhada apenas pelo plano da deficiência em seu processo de ensino e aprendizagem.

CONCLUSÃO

O contexto da inclusão escolar emana diversos desafios, no qual envolve a formação docente e a inserção dos alunos que possuem algum tipo de deficiência nas classes regulares de ensino, no que tange a necessidade de revisão de práticas pedagógicas no âmbito escolar.

É importante considerar que se o educador não estiver implicado neste desafio, promovendo práticas inclusivas, o que demanda dispor de informações corretas para que o mesmo também se sinta motivado na sua tarefa de educar, promovendo avanços para uma aprendizagem significativa do aprendiz.

A formação de professores é um aspecto essencial que merece uma atenção especial quando se aborda a inclusão, pois alguns educadores não sentem se preparados para receber uma criança com deficiência.

Vale salientar a importância dos diversos atores envolvidos neste processo, como a família a escola e a sociedade, pois as mudanças dependem de um esforço em prol do mesmo objetivo a fim de promover uma educação de qualidade para todos.

É necessário que se rompa as barreiras cognitivas, arquitetônicas, emocionais, atitudinais e de comunicação, que dificultam o desenvolvimento das pessoas, sejam quais forem suas origens, raças, culturas, religiões, opções sexuais e ideológicas, condições sociais e físicas.

A inclusão mostra que todas as pessoas são diferentes, algo que às vezes a escola não concebe tal ideia, e a sociedade faz pensar na identidade construída pela deficiência, do que propriamente no contexto da diferença, pois se torna mais fácil “eliminar o problema”.

O compromisso reflete no papel dos educadores e da escola, no qual teriam uma missão de introduzir o aluno no mundo social e cultural no qual os alunos com deficiência vão se apropriarem de conhecimentos segundo suas possibilidades e formas de explorar os seus aprendizados.

Vale salientar que a inclusão implica a escola, a família e os educadores a repensarem a função que vem sendo desenvolvida, tendo em vista que as adaptações físicas e curriculares são componentes importantes, entretanto considerando apenas essas mudanças por si só não garantirão a aprendizagem das crianças deficientes, o que requer que haja uma reformulação dos processos de ensino, buscando compreender o que está sendo demandado para estes alunos, pois alguns aspectos possam estar sendo esquecidos na forma de perceber como aprendem e exploram o mundo a sua volta, de forma a contribuir para o seu desenvolvimento, considerando que suas particularidades.

Deve-se pensar acerca de conhecer, representar, afirmar e buscar estratégias criativas para lidar com os problemas enfrentados pelos professores para a afirmação do paradigma da inclusão na educação, no qual pode se tornar um caminho viável para trabalhar frente à singularidade da pessoa com deficiência, porque antes de se olhar a deficiência, deve-se entender que eles são sujeitos.

Desta forma, as adaptações curriculares devem considerar a todos os recursos que o ser humano dispõe, mesmo que o educando não apresente nenhuma dificuldade, pois ele será beneficiado na dimensão de uma aprendizagem significativa que o permite aprender com o contexto da diversidade.

Para que a inclusão ganhe forma na sociedade, são necessárias mudanças sociais, considerando esforço mútuo de todos os profissionais envolvidos com a educação buscando um aprimoramento da prática educativa para que os educandos alcancem seus espaços.

Contudo, pensar em uma escola inclusiva é refletir sobre um lugar de igualdade, no qual todos são recebidos sem discriminação, com suas diferenças individuais, no que diz respeito a sexo, idade, religião, origem étnica, raça, deficiência, considerando um contexto no qual abrigue a diversidade humana, oferecendo oportunidades para que todos desenvolvam seus potenciais.

REFERÊNCIAS

BEYER, Hugo P. **Aspectos Orgânicos, sociais e pedagógicos da Síndrome de Down- Focando o Déficit ou o Potencial?** IN: GOMES, Márcio. Construindo Trilhas para a Inclusão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BUENO JGS. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação** Piracicaba-SP, v. 3, n.5, p. 7-25, 2009.

Declaração de Salamanca: sobre Princípios, Política e Práticas em Educação Especial. Espanha, 1994.

Organização das Nações Unidas. **A ONU e as pessoas com deficiência**, 2011. Disponível em <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia>. Acesso em 02 de maio de 2017.

LIMA, Elvira de Souza. **Currículo e desenvolvimento humano**. In: MOREIRA, Antonio Flávio e ARROYO, Miguel. Indagações sobre currículo. Brasília: Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, nov. 2006, p.11-47.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar:** o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

PAROLIN, Isabel. **Aprender e Ensinar- Família e Escola:** Uma Inclusão Necessária. IN: GOMES, Márcio. Construindo Trilhas para a Inclusão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SANTOS, Mônica P. **Formação de Professores:** Exercitando Propostas de Inclusão. In: ANAIS da VI Jornada de Pesquisadores do CFCH. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

VIEIRA, Cristiana de Sousa. [Condição de pessoa com deficiência na Lei nº13.146/2015](#). **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, [ano 21, n. 4812, 3 set. 2016](#). Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/51640>>. Acesso em: 01 de maio 2017.

VYGOTSKY, L.S. **Fundamentos da defectologia**. Madri: Visor, 1997.